



ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

18

AÇÕES E CONQUISTAS 2016

COMISSÃO NACIONAL DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

1. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

A CNA continua acompanhando a questão do processo de municipalização do ITR, especialmente sobre a prestação de informações do valor da terra nua (VTN) pelas prefeituras à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). A majoração dos valores informados pelos municípios continua ocorrendo apesar da tentativa de a RFB regulamentar o processo incluindo a previsão de justificativas técnicas e parâmetros mínimos de consistência por meio da IN nº 1.562/2015. Continuam ocorrendo problemas de intimações aos contribuintes por divergências do VTN. O pleito da CNA, feito no ano passado, de participação no Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (CGITR) foi negado em função da falta de previsão legal. Dessa forma, a CNA, por meio da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários, decidiu pleitear alterações na legislação que trata do tema no sentido de corrigir as falhas na prestação de informações de VTN pelos municípios e de incluir a CNA no CGITR.

2. Unificação dos cadastros de imóveis rurais

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) iniciaram um processo de vinculação dos cadastros de imóveis rurais mantidos isoladamente por cada uma das instituições. Com a publicação da Instrução Normativa Conjunta nº 1.581/2015, todos os produtores rurais passaram a ter o prazo de 19 de agosto de 2016 para atualizarem seus cadastros junto ao Incra e procederem a vinculação dos imóveis rurais com o imóvel correspondente no cadastro da Receita Federal. A CNA passou a acompanhar esse processo de vinculação cadastral em julho de 2016 com o objetivo de contornar eventuais problemas que possam ocorrer aos produtores rurais.

3. Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR)

A CNA reuniu-se com o novo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ocasião em que tratou, entre outros temas, do credenciamento dos sindicatos rurais como Unidades Municipais de Cadastro (UMC). Esse credenciamento é um pleito antigo do Sistema CNA que pode tanto agilizar a atualização cadastral, quanto incrementar a prestação de serviços ofertados pelos sindicatos aos produtores rurais.

4. Regularização fundiária na Amazônia Legal

A CNA continua atuando junto ao Poder Executivo no sentido de dar celeridade na titulação individual das ocupações rurais em áreas da União na Amazônia Legal por meio do Programa Terra Legal (Lei 11.952/2009).

5. Ratificação de títulos em faixa de fronteira

A CNA participou de audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados com o objetivo de discutir a questão da ratificação de títulos emitidos pelos estados em faixa de fronteira. Com a publicação da Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, essa ratificação deveria ser feita de ofício. Entretanto identificamos que a lei precisa de regulamentação no sentido de dar segurança jurídica aos agentes responsáveis pelo processo de ratificação. Nesse sentido, a CNA trabalha na construção dessa regulamentação junto ao Poder Executivo.

6. Viagem de reconhecimento aos estados

A CNA tem feito visitas às Federações com maiores problemas de ordem fundiária. Foram visitadas as Federações de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Amazonas (Faema), Roraima (Faerra) e Pará (Faepa). Além de conhecer a estrutura e a atuação da Federação, participamos de reuniões com as equipes locais envolvidas com as questões fundiárias de cada estado.

7. Mapa Nacional de Conflitos Fundiários

A CNA e o Instituto CNA definiram a metodologia para elaboração de um mapeamento nacional de conflitos fundiários. O mapeamento será elaborado por um consultor na área de antropologia e deve subsidiar o primeiro diagnóstico nacional de conflitos de ordem fundiária. A expectativa é que tenhamos, em dezembro de 2016, uma versão preliminar do mapa nacional de conflitos fundiários e os primeiros diagnósticos estaduais. □

PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Vinculação Cadastral Incra – Receita Federal IN 1.581/2015	Adiamento do prazo para vinculação dos cadastros de imóveis rurais da Receita Federal do Brasil e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Integração dos cadastros de terras do governo federal	Inclusão da CNA no processo de discussão da Unificação dos Cadastros Públicos de terras do Brasil.